

A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA EM 20 ANOS DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ACRE (1998-2018)

THE MERCANTILIZATION OF NATURE IN 20 YEARS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT POLICIES IN ACRE (1998-2018)

LA MERCANTILIZACIÓN DE LA NATURALEZA EN 20 AÑOS DE POLÍTICAS DE DESARROLLO SOSTENIBLE EN EL ACRE (1998-2018)

Julia Lobato Pinto de Moura

Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco,
Brasil

juliamourageo@gmail.com

RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre as principais transformações na dinâmica territorial e na produção do espaço econômico vivenciadas no Acre neste período de 20 anos de governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Procura-se colocar no centro do debate os processos de mercantilização da natureza e desterritorialização das populações tradicionais ocultados pela publicidade política e os limites, dentro da ordem do capital, de um governo progressista. Este artigo é resultado ampliado de uma pesquisa essencialmente qualitativa, iniciada em 2014, durante o curso de Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade, no qual discuti o mito do desenvolvimento na Amazônia acreana, entre os anos 1999-2015. O caminho teórico-metodológico que embasou a reflexão teve como referenciais autores ligados ao campo dos Estudos Culturais como Raymond Williams (2011), além de um amplo conjunto de dissertações, teses e publicações sobre o Acre e suas transformações mais recentes, que produzem contra-discursos com as quais dialogo. Ao longo da análise procuro identificar a dinâmica de produção do espaço e os aspectos econômico-ecológicos deste ciclo de governança, e como as transformações que fizeram do Acre um pretense “modelo” de sustentabilidade inserem-no em um contexto mais amplo de reordenamento do capital global diante da crise ambiental e todas suas dimensões.

Palavras-chave: Políticas de desenvolvimento; Sustentabilidade; Acre.

ABSTRACT

This paper is a reflection on the main transformations in the territorial dynamics and the production of the economic space experienced in Acre in this period of 20 years of government led by Partido dos Trabalhadores (PT). It seeks to place at the center of the debate the processes of commodification of nature and deterritorialization of traditional populations hidden by political publicity and the limits, within the order of capital, of a popular and progressive government. This article is an expanded result of an essentially qualitative research, begun in 2014, during the Masters in Literature: Language and Identity course, in which I discussed the development myth in Acre Amazonia, between 1999 and 2015. The theoretical-methodological path that supported the reflection had as reference authors related to the field of Cultural Studies as Raymond Williams (2011), as well as a wide range of dissertations, theses and publications about Acre and its most recent transformations, speeches and with which I dialogue. Throughout the analysis, I try to identify the dynamics of space production and the economic-ecological aspects of this cycle of governance, and how the transformations that made Acre a so-called "model" of sustainability place it in a broader context of capital reordering environmental crisis and all its dimensions.

Keywords: Development policies; sustainability; Acre.

RESUMEN

Este artículo es una reflexión sobre las principales transformaciones en la dinámica territorial y en la producción del espacio económico vivenciadas en el Acre en este período de 20 años de gobierno liderado por el Partido de los Trabajadores (PT). Se busca colocar en el centro del debate los procesos de mercantilización de la naturaleza y desterritorialización de las poblaciones tradicionales ocultas por la publicidad política y los límites, dentro del orden del capital, de un gobierno progresista. Este artículo es resultado ampliado de una investigación esencialmente cualitativa, iniciada en 2014, durante el curso de Maestría en Letras: Lenguaje e Identidad, en el cual discutió el mito del desarrollo en la Amazonia acreana, entre los años 1999-2015. El camino teórico-metodológico que basó la reflexión tuvo como referenciales autores ligados al campo de los Estudios Culturales como Raymond Williams (2011), además de un amplio conjunto de disertaciones, tesis y publicaciones sobre el Acre y sus transformaciones más recientes, que producen contra- discursos con los que dialogo. A lo largo del análisis procuro identificar la dinámica de producción del espacio y los aspectos económico-ecológicos de este ciclo de gobernanza, y cómo las transformaciones que hicieron del Acre un pretendido "modelo" de sustentabilidad lo insertan en un contexto más amplio de reordenamiento del capital global ante la crisis ambiental y todas sus dimensiones.

Palabras clave: Políticas de desarrollo; sostenibilidad; Acre.

INTRODUÇÃO

O Estado do Acre, nos últimos 20 anos, foi governado por uma controversa coligação de partidos denominada Frente Popular do Acre (FPA), liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ainda que a cada eleição novas alianças fossem feitas e desfeitas.¹ O ciclo de governança iniciado em 1998 teve fim nas eleições de 2018 com a derrota em primeiro turno do candidato Marcus Alexandre, ex-prefeito da capital Rio Branco afastado para concorrer ao governo do estado. Neste período de 20 anos a FPA investiu pesadamente em propaganda no rádio e na televisão para vender a ideia de que suas políticas inserem o Acre na história do desenvolvimento e do progresso sustentável, integrando o estado ao que há de mais tecnológico e contemporâneo em relação às diretrizes econômico-ecológicas. Para isto, contratou a empresa de publicidade Companhia de Selva, que prestou serviços para os governos desde a campanha vitoriosa do final da década 1990.

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre as principais transformações na dinâmica territorial e na produção do espaço econômico vivenciadas no Acre neste período de 20 anos de governo, colocando no centro do debate os processos de mercantilização da natureza e desterritorialização das populações tradicionais ocultos pela publicidade política e os limites, dentro da ordem do capital, de um governo popular e progressista.

¹ Breve síntese do emaranhado de siglas partidárias da Frente Popular do Acre desde 2002: (PT, PL, PC do B, PV, PMN, PSDC, PT do B) Frente Popular do Acre 2006 (PP, PT, PL, PRTB, PMN, PSB, PC do B) Frente Popular do Acre 2010 (PT, PP, PRB, PDT, PTN, PR, PSDC, PHS, PTC, PSB, PV, PRP, PCB, PTB, PSTU, PCdoB) Frente Popular do Acre 2014 (PDT, PRB, PT, PSL, PTN, PSDC, PHS, PSB, PRP, PEN, PPL, PC do B, PROS, PTB). Nota-se que o número de partidos aumentou progressivamente a partir de 2006.

O novo governador eleito em 2018 Gladson Cameli, do Partido Progressista (PP) é de uma tradicional e abastada família de políticos acreanos, sobrinho do controverso ex-governador Orleir Cameli, que governou o Acre entre os anos de 1994 e 1998. Seu partido, o PP, esteve junto com o PT integrando a Frente Popular do Acre (FPA) durante os anos de 2006-2010. Os “meninos do PT” deixaram um grande legado de obras públicas e implantação de políticas de desenvolvimento social, urbano, rural e florestal, mas também colecionaram críticas tanto dos setores de política mais conservadores, como também no campo de uma esquerda mais crítica.

Este artigo é resultado ampliado de uma pesquisa essencialmente qualitativa, iniciada em 2014, durante o curso de Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade, no qual discuti o mito do desenvolvimento na Amazônia acreana, entre os anos 1999-2015. A fundamentação deste estudo, isto é, o caminho teórico-metodológico que embasou a reflexão teve como referenciais autores ligados ao campo dos Estudos Culturais como Raymond Williams. Nossa reflexão integra um amplo conjunto de dissertações, teses e publicações sobre o Acre e suas transformações mais recentes, que produzem contra-discursos e com as quais dialogamos na maior parte das vezes para corroborar nossas reflexões. Podemos citar os estudos de Paula (2013), Ponte (2014), Lima (2011) entre outros. Procuramos ao longo da análise identificar as transformações econômico-ecológicas ocasionadas nestes 20 anos de gestão da Frente Popular no Acre, as conquistas e perdas em relação aos direitos territoriais e como as transformações que fizeram do Acre um pretenso “modelo” de sustentabilidade inserem-no em um contexto mais amplo de reordenamento do capital global diante da crise econômica, geopolítica e ambiental.

O “Governo da Floresta”, que assumiu em 1999, inaugurou um novo momento na produção discursiva do Acre, e se instaurou sob a insígnia de neologismos, palavras mágicas que passaram a significar a esperança em um “novo tempo” como a “florestania”, a “acrianidade” e a sustentabilidade. Desde então, apesar de manter sua posição no poder em nível estadual nos últimos 20 anos, a “Frente Popular” liderada pelo Partido dos Trabalhadores não manteve o mesmo discurso acerca do projeto de desenvolvimento para o estado. As concepções de “desenvolvimento sustentável”, “modernização” ou ainda de um “novo Acre” foram sendo produzidas e reatualizadas com o suceder das gestões.

O “GOVERNO DA FLORESTA” (1998 a 2006)

O primeiro candidato do PT a disputar o segundo turno de uma eleição estadual no Acre foi Jorge Viana, em 1990. Perdeu para Edmundo Pinto (PDS), mas foi eleito prefeito de Rio Branco na eleição seguinte, em 1992. No pleito ao Governo do Estado do Acre em 1998, o PT se aliou ao PSDB e outros onze partidos e lançou novamente o engenheiro florestal Jorge Viana como candidato, tendo Edison Cadaxo como vice – cabe lembrar que estes partidos eram grandes rivais na mesma eleição a nível nacional. A aliança foi vitoriosa no primeiro turno, com 57% dos votos², depois de uma “campanha embalada pelo hino acreano” e pelo hit “canta forte, canta alto que a vida vai melhorar”, de Martinho da Vila, como destacou Guimarães Jr.(2008). Desde então foram 20 anos de governo do PT no Acre, que fez e desfez alianças e se manteve pleito a pleito, sempre eleito com pouca margem de diferença do outro candidato.

A “Frente Popular” assumiu o governo do estado em 1999, e se apresentava como catalizadora da mudança, tendo como contraponto o modelo de desenvolvimento propagado a partir da década de 1970, que se baseava na expansão da pecuária, na chegada dos “paulistas”, no desmatamento e na grilagem de terras. Uma das marcas desse novo governo foi a proposta de exaltação da natureza e dos traços identitários “tradicionais”. O “Governo da Floresta” apresentou-se desde a campanha como herdeiro dos legados deixados pelo sindicalista Chico Mendes na luta pelos direitos sociais e territoriais dos “povos da floresta”.

Esta proposta de construção e valorização dos aspectos locais foi sintetizada em uma palavra, que seria utilizada para caracterizar essa nova fase nas políticas governamentais que, pelo menos em termos propagandísticos, valorizava os aspectos naturais, históricos e identitários endógenos. Trata-se da “florestania”, como “*o nosso jeito de viver*”. Em entrevista concedida à pesquisadora Viana (2011), o escritor acreano Antônio Alves contou como o neologismo foi cunhado no final dos anos 1980, explicando que a palavra apareceu numa brincadeira, prosa de amigos: “Cidadania? Isso é coisa de gente da cidade. Aqui na Amazônia o que nós precisamos é de Florestania”. (ALVES, informação verbal *apud* VIANA, 2011, p. 34). A ideia era pensar a cidadania na floresta, isto é, um conjunto de direitos socioambientais, econômicos e culturais das populações que habitam a floresta.

Outro neologismo que também foi criado pelo “Governo da Floresta” para definir a identidade acreana foi a “acreanidade”. Williams (2011) afirma que, em um momento crítico,

² Percentual de votos válidos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral.

a mudança no uso de uma palavra pode revelar uma mudança geral nas maneiras características de pensar sobre a vida comum, nossas instituições sociais, políticas e econômicas. A florestania, como palavra criada para substantivar complexas relações associadas ao viver na e da floresta, aos diretos sociais destas pessoas, precisa ser pensada como um problema e não como um dado em si. As palavras desenvolvimento, progresso, sustentabilidade, e os neologismos florestania, acreanidade, podem servir como uma espécie de mapa, conforme sugere Williams, pelo qual é possível examinar as mudanças na vida, na identidade e nas configurações territoriais no Acre contemporâneo.

A partir das dimensões geográfica e histórica, Moraes (2008) perpassa a questão das identidades territoriais e da memória coletiva, analisando os espaços de referência e eventos históricos que passaram a ser selecionados e construídos como símbolos e objetos discursivos que inventaram e reinventaram o Acre, os acreanos e esta acreanidade. São três os “eventos históricos” relacionados à formação do território que ganharam destaque neste processo de construção de uma identidade acreana, destacados pelos trabalhos de Moraes e Guimarães Jr.: trata-se da “revolução acreana”, resultado das disputas entre Brasil e Bolívia que culminaram no Tratado de Petrópolis em 1903; do movimento por autonomia político-administrativa, ocorrido entre 1957-1962, que “elevou” o Acre à condição de estado; e do movimento sindical seringueiro das décadas de 1970-80, que deu visibilidade internacional à luta pelos direitos territoriais dos povos amazônicos. Como observou Lima (2011), em geral estes “eventos” ora são descritos linearmente como acontecimentos reais relacionados à configuração do território do Acre e da identidade acreana, ora são descritos como construção discursiva, isto é, tomados juntos como um mito fundador, “sacralizados pelo historicismo amazonialista”. (LIMA, 2011, p. 29)

A luta de resistência travada pelos seringueiros nas décadas de 1970-80 foi um processo de conflitos e tensões políticas de ordens diversas. Guimarães Jr. se vale de fotografias dos empates para fortalecer seu argumento, salientando que “Contrariamente ao mito que se criou em torno desses movimentos como ações pacíficas e desarmadas, em muitos casos havia a disposição ao enfrentamento armado e ao confronto físico, mediante o uso de foices, terçados e espingardas”. (Guimarães Jr., 2008, p. 67). Neste movimento, diversas lideranças emergiram, sobretudo em Brasiléia e Xapuri. Ponte considera os empates como forma de enfrentamento à expropriação da terra e luta dos extrativistas pela manutenção de seus modos de vida e trabalho, e “para isso, não somente a terra era essencial, mas a própria floresta.” (Ponte, 2014, p 109).

Apoiado pelos movimentos sociais dos trabalhadores rurais iniciados na década de 1970, que ficaram reconhecidos internacionalmente como um “movimento seringueiro em defesa da floresta amazônica”, o governo da “Frente Popular” que assumiu a gestão do estado do Acre no ano de 1999 declarou-se herdeiro deste movimento e amparou-se no discurso do desenvolvimento sustentável como forma de efetivar sua institucionalização.

A partir de 1999 começam a ser implantadas pelo governo estadual uma legislação e uma política de valorização da floresta, na forma dos chamados “ativos ambientais”. Uma das primeiras políticas da FPA que começaram a direcionar as atividades econômicas para uma pretensa valorização da “floresta em pé” foi a Lei Chico Mendes de nº 1.277/1999, a partir de um ideário de resgate da “tradição extrativista”. O texto prevê o repasse de subsídio estadual à produção de borracha natural bruta e outras ações voltadas para a diminuição do desmatamento associado à expansão da agropecuária dentro das áreas de RESEX. Castelo, em sua análise do plano de Governo da Frente Popular do Acre (1999-2002) intitulado “A vida vai melhorar”, destaca como fica explícito que o modelo de desenvolvimento proposto envolveria a exploração “racional e sustentável” dos recursos naturais, e uma reestruturação da economia com base no agroextrativismo e agroindústria. É assim que o “Governo da Floresta” reproduziu com habilidade um discurso criado externamente, pelas grandes agências, bancos e ONGs internacionais, como cara de algo próprio, novo, e que se baseia no resgate da tradição.

Captando os recursos junto aos bancos internacionais, o “Governo da Floresta” vai financiar o projeto de desenvolvimento do Estado baseado no uso “racional” e cientificamente orientado da floresta, o que promoveria a sustentabilidade da exploração econômica e sua preservação. Segundo Castelo (2014, p. 178), é uma lógica baseada no lema “*use it or lose it*” (use-o ou perca-o), referindo-se aos recursos biológicos florestais como alternativa econômica comercialmente negociável.

Até 1998, existiam no Acre apenas seis unidades de conservação (UCs)³, e foram criadas três florestas estaduais (FLOE), a Floresta Estadual do Mogno, do Rio Gregório, e do Rio Liberdade, em 2004, e duas florestas nacionais (FLONA), a de Santa Rosa do Purus e a do São Francisco em 2001, além de outras UCs, como o Parque Chandless, que com mais de

³ Estação Ecológica (ESEC) Rio Acre (1981), em Assis Brasil; Parque Nacional (PARNA) Serra do Divisor (1989), em Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves; Floresta Nacional (FLONA) Macauã, (1988), em Sena Madureira; Floresta Estadual (FLOE) do Antimary (1988) no Bujari, a Reserva Extrativista (RESEX) do Alto Juruá (1990) em Marechal Thaumaturgo; Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes (1990), em Sena Madureira, Rio Branco, Capixaba, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia e Assis Brasil.

695 mil hectares, configura-se a quarta maior UC do Acre, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Estadual Japiim-Pentecoste, as Áreas de Preservação Ambiental (APA) do Igarapé São Francisco e do Irineu Serra, na cidade de Rio Branco, ambas em 2005. (ACRE/SEPLAN, 2013)

A partir de dados do Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade, o Acre conta com 21 Unidades de Conservação (UCs) que incluem as de uso sustentável como as reservas extrativistas (RESEX) e as de proteção integral. As reservas extrativistas mais recentes são a Alto Tarauacá (2000), Cazumbá – Iracema (2002) e Riozinho da Liberdade (2005). Em consonância com o projeto de desenvolvimento sustentável, a gestão das áreas de conservação passa a ser regulamentada a nível nacional pela Lei das Florestas Públicas (nº 11.284/2006), que “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável” e autoriza o Estado no seu artigo 35, a conceder permissão para a iniciativa privada para explorar os recursos naturais dos territórios por períodos de até 40 anos. Ponte comenta que a lei institucionaliza a instalação do capital privado nos territórios florestais, viabilizando a mercantilização da natureza como citado por Ponte, 2014.

Schmidlehner vê a lei como a legalização da grilagem, “como privatização da floresta, pronta entrega dos recursos biológicos para empresas multinacionais e viabilização da biopirataria.” (2012, p. 19). O que percebemos é que há em curso todo um processo de institucionalização e, portanto, produção de discursos, que re-significa o “meio ambiente”, como concebido na Constituição, que passa de bem público e direito social, a ser negociado sob a ótica da financeirização.

Porém, o avanço na criação de áreas protegidas pode, por sua vez, ocultar outra realidade: as áreas não protegidas são direcionadas para a expansão do agronegócio, e mesmo dentro das unidades de conservação, nada está tão seguro e garantido. Por mais contraditório que pareça, o que se tem percebido é que em nenhum outro momento da história do Acre os pecuaristas e madeireiros estiveram tão favorecidos para a expansão de suas atividades.

Castelo destacou que o encurtamento da distancia em relação à cidade, com os antigos varadouros transformados em ramais, associado à chegada da televisão e os novos anseios de consumo, fez crescer a procura por “fazer dinheiro” dentro dos seringais. E nos sabemos qual é a maneira mais fácil e viável de fazê-los dentro das RESEX hoje: é com o gado. A despeito do “Governo da Floresta” ter se apresentado como alternativa a pecuarização da economia acreana, a atividade vem tendo crescimento nas últimas décadas. “No período de 1997 a 2007 (IBGE, 2009a), o rebanho bovino no estado cresceu mais de 10% ao ano, passando de aproximadamente 862 mil para 2,315 milhões de cabeças”. (EMBRAPA, 2010)

Ao contrário do desenvolvimentismo anterior, pecuarista e predatório, que vinha como expansão da fronteira capetaneado pelos “de fora”, este desenvolvimento, em tese, procurava valorizar a luta iniciada pelas populações locais, e assim representar a ascensão ao poder dos ideais sintetizados pela figura de Chico Mendes, o martir imolado. Assim o discurso do “Acre valorizado” produzido pelo “Governo da Floresta” visou produzir o sentimento de pertencimento e expectativa de melhoria de vida da população. “*Um tempo de mudança, esperança e desenvolvimento*” como descreveu um vídeo analisado na pesquisa. Há uma produção discursiva de um modelo de desenvolvimento que é sinônimo de mudança e esperança, porque valoriza a floresta, suas naturezas, suas histórias e suas gentes.

A campanha para reeleição em 2002, também foi marcada por grande comoção popular e ao som do hino acreano. O novo mandato denominado “Estado do Acre: Governo da Floresta” deu continuidade às intervenções na paisagem urbana, com valorização dos símbolos identitários e da história. Diversos prédios públicos, mercados, espaços de memória e praças, principalmente na capital, mas também no interior, foram reformados ou construídos. O Parque da Maternidade, o Parque Tucumã, o Palácio Rio Branco, o Mercado Municipal, Museu da Borracha, a Casa dos Povos da Floresta, Memorial dos Autonomistas, a central de serviços denominada OCA inaugurada em 2010, as reformas e criação de novas escolas e postos de saúde, além da tão falada BR-364 que liga dois extremos Leste-Oeste do estado são exemplos de obras e equipamentos urbanos que transformaram a paisagem rio-branquense, e de outros municípios

“GOVERNO DO ACRE: COM TODOS E PARA TODOS” (2006-2010)

Arnóbio Marques, o Binho, candidato lançado pela “Frente Popular” e eleito em 2006 para dar continuidade ao projeto iniciado pelo “Governo da Floresta” teve sua gestão marcada pelas tentativas de efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável que agrega valor de mercado à floresta. Se, na primeira metade do século XX no Acre, nos governos de Hugo Carneiro (1926-1930) e de José Guimard dos Santos (1946 a 1951), o progresso do Acre estava simbolizado na introdução da alvenaria nas construções e na higienização dos espaços da cidade, na segunda metade, é a abertura de estradas e a transformação do solo em área de pastagem o símbolo do progresso, da integração da região acreana às novas diretrizes do desenvolvimento do país.

A proposta de desenvolvimento arquitetada pelo governo dos militares e implantada na Amazônia guardava, para a porção acreana, sobretudo, a partir do governo de Francisco

Wanderley Dantas (1971 a 1974), a esperança da chegada da fronteira agropecuária, que já avançava rapidamente por sobre os cerrados do centro-oeste, convertendo-os em campos de soja, pasto, eucalipto, e desterritorializando toda a gente interiorana, indígena e não-indígena, que estivesse pelo caminho. Não havia esforços para evitar o desmatamento, para preservar a biodiversidade, e nenhuma preocupação com a recuperação das áreas desmatadas.

A atividade madeireira associada à proposta de desenvolvimento sustentável é uma das mais recentes estratégias de legitimação da destruição da floresta e suas gentes através dos planos de manejo. Promete a preservação da natureza, o que não acontece, pois se baseia na sua extração, com um retorno econômico nada vantajoso para as populações residentes nas florestas. O que os movimentos sociais e diversos pesquisadores vêm salientando nos últimos anos é que está em curso a privatização dos bens públicos naturais a partir da lógica do desenvolvimento sustentável como reinvenção do próprio capitalismo.

O termo “sustentável” figura na era do capitalismo verde como um “salvo conduto”. Com o carimbo da “autoridade científica”, o que antes era exploração predatória agora passa a ser denominada “exploração sustentável”, ou seja, procura-se manipular os aportes da ciência para fins de legitimação do processo de exploração em curso. (Paula, 2013, p. 35-36).

O Zoneamento Ecológico Econômico Fase II (ZEE II), de 2010, foi apresentado como “a maior e melhor referência em zoneamento no Brasil”. O documento resultou no “Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre, na escala de 1: 250.000, portanto mais detalhada que a anterior, e foi construído a partir do cruzamento dos eixos Recursos Naturais, Socioeconômico e Cultural-Político”. (Acre/ZEE II, 2010, p. 35). Ao produzir uma série de informações e mapas sobre as diversas aptidões para o uso da terra, abriu o caminho para elaboração de projetos e captação de recursos para investir. Os bancos nacionais e internacionais de desenvolvimento (Banco Mundial, BID e BNDES) e as ONGs comprometidas com o capitalismo verde, passaram a atuar junto ao Estado, a nível subnacional e federal, viabilizando a regulamentação da conversão do patrimônio natural amazônico em mercadoria. Nesta concepção, o governo da “Frente Popular” poderia ser considerado o mais neoliberal da história do Acre e o que mais se aproximou do capital internacional, com adesão a financiamentos internacionais vultosos e mecanismos privatizantes.

O ZEE fase II apresenta as atividades extrativistas não-madeireiras como a borracha e a castanha, associadas aos investimentos no cultivo de espécies que produzam óleos, polpas e

sementes com copaíba, andiroba, açaí, jarina, como alternativas para geração de renda com a floresta em pé. O documento traz dados sobre a produção e valores de mercado, mas salienta que, “para que esses produtos tenham capacidade de concorrência com outros usos da terra, sua comercialização e viabilidade econômica de manejo deverão ser fortalecidas por meio de políticas públicas e assistência técnicas adequadas.” (Acre/ZEE II, 2010, p. 145).

Uma vez que tais políticas públicas e assistências técnicas mostram-se insuficientes, a extração madeireira, sob a ótica do manejo florestal moderno, e a produção agropecuária, vão se legitimando como a base da economia acreana. A pecuarização ocorre também nas áreas destinadas a conservação, como nas reservas extrativistas, áreas indígenas e projetos de assentamento diversos, o que evidencia a negligência e insucesso no incentivo de mercantilização das práticas extrativistas não-madeireiras, base de sustentação dos indígenas, seringueiros e demais “povos da floresta”. O próprio ZEE II reconhece o problema, mas se limita a dizer que é necessário programar ações eficientes, “que visem conciliar as necessidades e aspirações das famílias com a destinação legal destas áreas”. (ACRE/ZEE, 2010, p. 161). Fato é que o gado é a principal alternativa de renda no campo.

Sobre a importância da ação do estado do Acre no incentivo a industrialização neste período vale destacar a experiência da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, a “Preservativos Natex”, que surgiu em 2008. A fábrica possibilitaria agregar valor ao produto florestal e promover geração de emprego e renda. A fábrica é um investimento estatal, operado por uma empresa terceirizada, e se manteve graças a um convênio firmado com o Ministério da Saúde que comprava toda a produção e distribuía gratuitamente nos postos de saúde. Em 2015 a fábrica começa a ter dificuldade para manter o pagamento dos funcionários e a produção cai de consideravelmente. Em 2016 o estado faz uma lei que permite a concessão, visando atrair empresários e investidores, sem sucesso. As denúncias sobre atrasos nos pagamentos ainda são frequentes, mas o Ministério da Saúde mantém o acordo com a Natex, e continua comprando os preservativos que são distribuídos na rede pública.

Apesar da aparência de empreendimento baseado nas atividades tradicionais, que não impacta fortemente a floresta e que valoriza o modo de vida seringueiro, agregando mais renda ao seu produto, o Estado/capital/Natex “criam mecanismos que desestruturam a gestão da autonomia do seringueiro sobre seu território, seu trabalho e sua vida e impõem formas externas à sua racionalidade.” (PONTE, 2015, p.325.)

Outro empreendimento de iniciativa estatal, que no intuito de atrair os empresários do setor privado por meio do sistema de concessão foi a Fábrica de Tacos inaugurada em 2007 em Xapuri com a finalidade de produzir tacos, pisos, decks e assoalhos. A matéria prima

utilizada era extraída nas áreas cadastradas em planos de manejo como Reserva Extrativista Chico Mendes, Floresta Estadual do Antimary, além de Planos de Manejos Privados, e a meta era que a produção poderia alcançar o mercado internacional devido a proximidade com a Rodovia Transoceânica. Porém não demorou muito para que o setor enfrentasse dificuldades, sobretudo na obtenção de matéria-prima certificada, pois algumas espécies demandadas pelas marcenarias não estão disponíveis nas áreas de plano de manejo. Um consórcio composto pelas empresas Ouro Verde, Laminados Triunfo e Albuquerque Engenharia venceram a primeira licitação, mas “desde 2011, a fábrica encontra-se com dificuldades financeiras e de gestão.” (Ponte, 2014, p. 244).

As novas possibilidades de desenvolvimento começam a ganhar nova envergadura a partir da Lei do SISA (Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais), estratégia pioneira conectada às diretrizes de desenvolvimento mais inovadoras do século XXI. Faustino e Furtado (2015) reconhecem o SISA do Acre como instrumento de jurisdição de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal + aumento das reservas florestais de carbono; gestão sustentável das florestas; e conservação florestal), é um dos mais avançados do planeta, e que realmente tem sido modelo para outros regimes de REDD+ e de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Brasil e no mundo.

Estes projetos contam com o investimento de grandes grupos empresariais internacionais ligados a este novo mercado de “soluções climáticas”, como a *Carbonfund.org Foundation* através de sua subsidiária a *CarbonCo LLC*. São projetos validados e certificados pela *Climate, Community, Biodiversity Standard* (CCBS), composta por ONGs, que apenas aguardam a regulação pelo SISA, a despeito das denúncias protocoladas junto ao MP de que a população que será atingida pelas novas regras sobre o uso do território não estarem, de fato, cientes ou compactuadas com estes mecanismos.

Além do Acre, outros estados já elaboraram leis para exploração de serviços ambientais como Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná, e já existe no Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL 5487/2009) que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Enquanto o sistema aguarda uma validação a nível nacional, projetos privados de REDD+ já estão em andamento no Acre, promovidos por atores privados junto com o estado.

A política de REDD no Acre tem ganhado grande repercussão, representando o Brasil no circuito internacional de mercantilização do ar e do direito de poluir. (Carta do Acre, 2011). O mercado de carbono é mais uma forma de inclusão da floresta no circuito do capital

e funciona como um mecanismo de compra de créditos para compensar a poluição emitida por uma empresa ou país acima de limites fixados. Como notou Schmidlehner, o Acre tem se tornado “a vitrine da Economia Verde”, oferecendo às empresas, a maioria de outros países, uma série de incentivos fiscais e administrativos para se apropriarem das floresta. Ele destaca a importância da *Environmental Defense Fund* (EDF) como uma das mais influentes ONGs ambientalistas dos Estados Unidos, comprometida com o “*green business*” (negócio verde), e que atua no Acre, sendo um dos principais defensores dos mecanismos de REDD. Foi através da EDF que Chico Mendes pode estabelecer contato direto com representantes da ONU. “As ações que o Governo do Acre e a EDF realizam, em apoio mútuo, hoje são apresentadas por eles como se fossem perfeitamente alinhados com as ideias de Chico Mendes, ou seja, como se fossem a continuação de seus ideais.” (Schmidlehner, 2012, p.17). Com o apoio do governo do Acre após a Lei do SISA, a EDF conseguiu fechar um acordo sobre REDD com os Estados da Califórnia (EUA) e Chiapas (México) ainda em 2010.

O PSA e REDD são apresentados como soluções para a questão ambiental e da preservação da floresta, mas operam sobre a racionalidade do capital, e portanto, ameaçam os direitos das pessoas sobre seus territórios, construídos milenarmente a partir da tessitura de ricas relações com a mata, o rio e seus elementos. São povos que muitas vezes vivem à margem dos direitos que possuem enquanto cidadãos, isolados ou precariamente atendidos pelo Estado em relação ao acesso à educação, saúde, mas que ainda preservam ricos conhecimentos que os possibilitam uma vivência digna na floresta, extraindo dela, e de pequenos roçados e criações, seus meios de vida. Acontece que estas atividades passam a ser vistas como ameaça a preservação da floresta sob a lógica do “desmatamento zero” e “natureza intocada” nas áreas de projeto de REDD.

Desta forma, podemos notar que, para ocultar estas silenciosas formas de violência vêm se produzindo discursivamente um Acre que é modelo de sustentabilidade, que está na vanguarda das diretrizes do século XXI. Porém as políticas em curso, associadas a estes discursos, não vêm promovendo uma diminuição significativa dos índices de desmatamento, um aumento na qualidade de vida da população nas cidades e nas florestas, ou nos índices de emprego, renda, saneamento básico, escolaridade e diminuição da violência.

“NOVO-ACRE: GOVERNO PARCEIRO, POVO EMPREENDEDOR” (2010-2018)

Sebastião Viana foi eleito em 2010, dando continuidade ao ciclo de governança da coligação “Frente Popular” sob liderança do PT que se encerra em 2018. Foi reeleito em 2014 depois de um segundo turno apertado, com a FPA e, sobretudo o PT, já vivendo grande

desgaste político após as manifestações de 2013, contexto em que começou a se desenhar o quadro de instabilidade política que está colocando em risco a jovem democracia brasileira após este segundo turno das eleições presidenciais. Os projetos que visaram direcionar a economia acreana para um neoextrativismo a partir dos ideais dos movimentos seringueiros, que defendiam uma economia baseada na extração de recursos não-madeireiros, mostraram-se uma alternativa problemática, com pouco retorno econômico. A fim de desenvolver o Estado aproveitando a vantagem comparativa que é a floresta, o governo assumiu o direcionamento para a exploração dos recursos madeireiros através do manejo, atividade ligada à floresta que se mostrou mais viável para atrair indústrias e gerar renda.

A partir de 2010, com o assumido redirecionamento das políticas de desenvolvimento, no sentido da “diversificação das bases produtivas”, o apelo ao imaginário seringueiro e associação do governo à floresta são diminutos. Como exemplo, citamos o fato de que o Museu da Borracha, o mais antigo do Acre criado em 1978 e reformado na gestão do Governo da Floresta está fechado desde 2013, quando o prédio histórico apresentou problemas na infraestrutura. O espaço que reúne um importante acervo documental está sem previsão de reforma e de reabertura.

Castelo observou que o governo da “Frente Popular” a partir de Sebastião Viana dá outro contorno e dimensão para o desenvolvimento sustentável. O estado continuou valendo-se dos empréstimos de instituições multilaterais de crédito e aprofundando os mecanismos de serviços ambientais, além de rotular toda atividade produtiva como sendo, ou em vias de se tornar, sustentável. A partir de então começamos a ouvir falar da “pecuária sustentável”, onde há técnicas para intensificação e recuperação de pastagens, confinamento dos animais, entre outros procedimentos que se apresentam como alternativas para minimizarem os impactos da pecuária na Amazônia.

Atualmente é cada vez mais comum ver diferentes empresas, inclusive as responsáveis pelos maiores índices de poluição, a exemplo das automotivas, mineradoras e petroleiras, venderem uma imagem de “sustentabilidade ecológica”. Com a pecuarização da Amazônia, não seria diferente. A questão ambiental passou a receber um tratamento “domesticado, institucionalizado. Há uma corrente muito forte entre os ecologistas que tentam transformar a questão ambiental em um problema exclusivamente técnico, tornando-a, assim, prisioneira do que pretende questionar”. (Porto-Gonçalves, 2006.) Neste sentido o avanço da pecuária, como símbolo do progresso, que era visto como problema para a região, nos primeiros anos de governo da FPA passa a ser inegavelmente um dos principais setores da economia. O crescimento e

valorização das atividades ligadas ao agronegócio são incorporados como questões culturais e traços identitários do “acreano”, na medida em que eventos como a feira agropecuária “ExpoAcre” se destaca como um dos maiores “eventos culturais” e de negócios do estado.

Além de dar continuidade aos vultosos investimentos em infraestrutura e as políticas ligadas ao manejo madeireiro e crédito de carbono, procurou estimular o empreendedorismo e promover a industrialização do Acre, sobretudo àquela atrelada à produção agropecuária. O governo então, nesta fase mais recente, tornar-se o grande investidor do processo de industrialização através do sistema de Parceria Público-Privada, que aqui no Acre, pelo menos em termos, envolve também a Comunidade, formando as PPPC.

Em setembro de 2012 numa tentativa que envolveu o Governo do Estado, a empresa Hevéa e a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta) foi criado o Complexo Industrial Florestal de Xapuri, numa tentativa de reativar a Fábrica de Piso, para produzir diversos produtos derivados das árvores, como portas, janelas, batentes, dormentes. A indústria madeireira sob a fachada da sustentabilidade que o manejo florestal concede poderia ter sido um dos símbolos de uma economia de base florestal com valor agregado, uma vez que a base extrativista não-madeireira, desde o início, foi pouco incentivada. Todavia em 2013 com a falência da Fábrica de Tacos e do Complexo Industrial Florestal de Xapuri, nome pomposo demais para a realidade que substantiva, houve “demissão maciça de trabalhadores da unidade, no atraso de pagamentos de salários e não realização de direitos trabalhistas como o pagamento de horas extras”. (Ponte, 2014, p. 244)

O Estado passa a incentivar a vinda de todo o tipo de indústria, não somente aquelas ligadas aos produtos florestais. A fabricação de produtos alimentícios foi a atividade que mais ganhou participação no PIB da indústria do estado: aumentou de 41,1% em 2007 para 63,1% em 2012, sem contar a indústria de bebidas, que representa 14,0% do PIB industrial. A fabricação de produtos de madeira aparece como terceira atividade, com 9,0% do PIB da indústria. Estas três atividades juntos representam 86,2% da indústria do Acre, não respondiam por nem 0,5% do total de empresas do setor industrial do país. Segundo dados mais recentes do Portal da Indústria Sesi/Senai, o Acre registrou **912** empresas industriais em 2017. Entre os fatores que não atraem os empresários e explica o insucesso de vários empreendimentos destaca-se o preço da tarifa de energia, uma das mais elevadas entre as Unidades da Federação. A conclusão da BR-364, ainda que precária, a interligação com o mercado andino e com o Pacífico através da Transoceânica, e também as obras do “Linhão do Madeira”, que integrou parte do Acre ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e melhorou a

oferta de energia no estado, não foram suficientemente atrativos para os grandes investidores privados. Mesmo o governo adotando outros mecanismos de incentivo como o Programa de Promoção de Negócios (PPN) que disponibilizava recursos para tocar os empreendimentos, as respostas ao estímulo foram pequenas.

A piscicultura foi uma das áreas que recebeu os maiores investimentos, promovida como a “grande sacada” da vez. Um Centro Tecnológico de Produção de Alevinos foi instalado em janeiro de 2014 em Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do estado, no intuito de fortalecer a piscicultura na região do Juruá. Ao fornecer alevinos com um preço melhor, o governo esperava estimular os produtores e elevar a produção do pescado. A criação de agroindústrias piscicultoras ganha destaque uma vez que tem sido apresentado pelo governo como uma das atividades ideais para aproveitar as áreas já desmatadas, e fazendo o manejo adequado dos resíduos, pode ser enquadrada dentro do mecanismo legitimador da sustentabilidade. Ao todo 47 tanques que ocupam uma área de aproximadamente 15 hectares. O Centro Tecnológico de Produção de Alevinos faz parte do Complexo de Piscicultura “Peixes da Amazônia S/A”, um empreendimento que segue a lógica que quer vender a ideia de que o Acre é pioneiro e exemplo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Com exceção do complexo piscicultor do Juruá, o processo de industrialização do Acre se concentra principalmente na região do Alto Acre, considerando a proximidade com a Rodovia Transoceânica e o potencial estabelecimento de relações comerciais internacionais. Ponte chama a atenção que se trata de projeto de industrialização contraditório, que “caminha para a exportação e não para o abastecimento local” (Ponte, 2014, p. 247) em um estado com enormes dificuldades de abastecimento. Ainda no Juruá destaca-se a “Soar Florestas Juruá S/A” que começou a operar em grande escala a partir de abril de 2014, e é uma indústria que beneficia a madeira originária do Projeto de Assentamento Florestal Havaí (PA Havaí), localizado entre os limites de Rodrigues Alves e Mâncio Lima.

O complexo industrial de Brasileia desenvolveu-se também na direção do ramo alimentício e da indústria do abate, que coisifica e mercantiliza os animais. A “Acreaves” foi construída no período de 2005 a 2008, e será explorada em regime de cessão por 30 anos pela iniciativa privada. A empresa vem crescendo desde então, e dispõe de um frigorífico e de galpões onde os frangos abatidos e revendidos pela empresa são manejados. Investimentos mais recentes visam modernizar estes galpões. A empresa funciona numa PPPC, isto é, o Estado fomenta a cadeia produtiva, o produtor de aves entra com a propriedade rural e os aviários, e a empresa fornece os pintinhos, a ração, a assistência técnica, vacinas, medicamentos e cuida da comercialização.

No ramo da suinocultura ganha destaque o frigorífico de abate de suínos “Dom Porquito”, inaugurado em novembro de 2015, e que já possui contratos com Peru, Hong Kong e Bolívia antes mesmo de seu pleno funcionamento. O projeto também funciona na parceria público-privada-comunitária, e incentiva os produtores na criação dos animais, com a instalação de modernos galpões de engorda. O projeto que visa colocar o Acre entre os principais exportadores de suínos, é mais uma expressão de um modelo de desenvolvimento pautado na agroindustrialização, e os investimentos já ultrapassam R\$ 80 milhões. Assim como na “Acreaves”, além do frigorífico, o complexo contará com uma Fábrica de Embutidos, que produzirá bacon, mortadela e outros derivados da carne dos porcos.

Outra iniciativa do estado no fomento da industrialização é a Cooperativa das Produtoras de Biscoito de Goma de Cruzeiro do Sul (Cooperbiscoitos), inaugurada em maio de 2014. O estado colocou a indústria para ser administrada pela cooperativa seguindo o modelo de gestão PPPC, com estimativa de processar 50 toneladas de goma anualmente.

Os programas “Cidade do Povo” e “Ruas do Povo” foram fundamentais para alavancar o setor ligado à construção civil no estado nesta fase da gestão da “Frente Popular”. O “Ruas do Povo” foi voltado para execução de obras de pavimentação em todo o Estado, e começou a ser implantado em 2011 com recursos do BNDS, Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), e recursos do Estado. A estimativa foi pavimentar quase 2000 ruas na capital e no interior. O programa em parceria com a Prefeitura de Rio Branco continuou sendo implantado até o final da gestão em 2018, mas a qualidade das obras continuam sendo alvo de muitas críticas pela população.

O “Cidade do Povo” foi um grande programa habitacional, um bairro planejado, concebido para ser “uma cidade dentro da cidade”, construído por meio do programa “Minha Casa, Minha Vida” e localizado na BR-364, no km 5. Era prevista a construção de mais 10 mil casas populares, com investimentos de mais de 1 bilhão de reais. Prevvia-se a construção de todos equipamentos urbanos como escolas, delegacias, postos de saúde, áreas verdes, comércio entre outros, para atender uma população estimada em 50 mil pessoas, boa parte oriunda de áreas de risco de alagação. Pimentel (2017) constatou “o empreendimento habitacional, compreendido com uma política pública de moradia, não logrou sucesso de maneira efetiva como forma de materialização dos direitos fundamentais sociais”. O pesquisador destaca que o empreendimento, ao mesmo tempo que implanta de uma política de moradia popular, gera segregação espacial e exclusão social pois dificulta o acesso ao emprego e demais serviços públicos. Até meados de 2017 haviam sido entregues 3.348

Unidades Habitacionais para moradores de renda extremamente baixa, vítimas de áreas de alagamentos frequentes.

O governo também tem feito uma grande propaganda em torno dos incentivos que tem dado aos pequenos negócios, sobretudo a partir do mandato de Sebastião Viana. Vale destacar que em 2009 o Brasil lançou o Programa do Empreendedor Individual, e entre 2009 e 2015, dados divulgados pela Previdência Social apontam o crescimento no registro de pequenas empresas no geral. O Acre, porém está entre os estados que tiveram menos adesões, 13113 ao todo, ficando a frente apenas de Roraima e Amapá. Dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO) apontam que o Acre frequentemente está entre os estados com altos índices de mortalidade precoce das empresas, antes dos dois anos. Uma das ações que tem dado mais certo são as feiras que expõe os produtos da chamada Economia Solidária. Através de cursos e reuniões, famílias de trabalhadores, em grande parte mulheres, se organizam e recebem capacitação para desenvolver atividades, principalmente no ramo da alimentação, plantas ornamentais e artesanato. Prestadores de serviços diversos que têm sido estimulados pelo governo a regularizarem-se como pequenas empresas tornando-se “empreendedores”, como manicures, cabelereiros, cozinheiros e costureiros.

Os governos da FPA apropriaram-se dos supostos ideais de Chico Mendes e elegeram-se com significativo apoio da base ligada aos movimentos sociais e sindicais dos povos da floresta. A gestão de Sebastião Viana continuou se apropriando para justificar sua política econômica atrelada aos mecanismos hegemônicos do capitalismo verde, o que, segundo os estudos comentados, não corresponde à realidade dos ideais do herói mitificado. “Em nome do seringueiro, defende-se a exploração de petróleo, o monocultivo da cana-de-açúcar, a exploração madeireira em larga escala e a venda do ar que se respira”. (Carta do Acre, 2011, p 4.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de reestruturação do capitalismo é tratar o problema das mudanças climáticas e a necessidade de preservação das florestas para regulação do clima a partir da lógica do mercado. Se inicialmente a exploração econômica da floresta mostrou-se alternativa para o desenvolvimento local, com exploração de recursos madeireiros, e não-madeireiros em menor intensidade, agora uma das máximas é não explorar a floresta: o mito moderno da natureza intocada descrito por Diegues (2001) chega ao Acre reinventado no século XXI, e

prevê áreas intocadas de conservação não apenas para reserva, contemplação e pesquisa, mas para fins de comercialização de crédito de carbono por desmatamento evitado.

Temos visto que a ideia de desenvolvimento se re-significa como parte das estratégias de reprodução do capitalismo, e que a produção de um discurso sempre novo, que promete avanços, melhorias, evolução, apenas contribui para manutenção de velhas estruturas de poder socioespaciais e ambientais. Ao sugerir que o significado e o significante se movimentam, e que as mudanças de comportamento mudam significados, Williams nos convida a ter atenção no vocabulário que utilizamos, pois ele é regido pelas nossas experiências, e marcado por naturalizações. A proposta é reconhecer que é nas vivências que se produzem os sentidos. Nem tudo é sustentável. Em curso, um ciclo perverso que reproduz formas de escravidão e exploração, em nome da construção de poucas e grandes fortunas.

No Acre, o projeto de governo liderado pelo PT se forja discursivamente como antenado as diretrizes do século XXI, como a vanguarda do novo modelo econômico que valoriza a natureza, e um exemplo para o Brasil e o mundo. Nos últimos anos diversas atividades relacionadas ao agronegócio se favoreceram com esta política de “base diversificada”. A produção bovina, suína e piscicultura também apresentaram crescimento. Enquanto isso a gestão FPA reproduz e aprofunda os antigos mecanismos de desterritorialização de populações tradicionais e concentração de terra, corroborando com o assustador desaparecimento da natureza e coisificação dos animais no mundo moderno, tidos como imprescindíveis para promoção do desenvolvimento e do progresso.

O governo da “Frente Popular” mudou a cara da cidade. Reformas em praças, escolas, criação de parques, postos de saúde, delegacias, pavimentação são transformações sentidas no cotidiano pelas pessoas. Este projeto de reforma urbana junto a toda arquitetura discursiva em torno do resgate identitário e da autoestima do povo são fatores que garantiram a permanência da “Frente Popular” no poder durante estes 20 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Lei nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, **que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre**. Diário Oficial, nº 7.444, de 13 Jan. 1999.

ACRE. Lei nº 2.308, de 22 de outubro de 2010. **Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA** – o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais – ISA Carbonos e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre. Diário Oficial do Poder Legislativo do Acre, Rio Branco, AC, n. 10.414, 05 nov. 2010.

ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II**, (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2 ed. Rio Branco: SEMA, 2010.

ACRE, Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN. **ACRE EM NÚMEROS** 2013. Disponível em <http://goo.gl/iqerlB>. Acesso 07/01/16

BRASIL. Lei de Florestas Públicas. **LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111284.htm

CARTA DO ACRE. **Em defesa da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o Redd e a mercantilização da natureza**. Rio Branco, 2011. Disponível em <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Carta-do-Acre.pdf> Acesso: 23/10/2015.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do Acre e outras histórias**. (Tese) Doutorado História Social. São Paulo: USP, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), **Análise Econômica para a Pecuária de Corte em Pastagens Melhoradas no Acre**, Circular Técnica, 2010. Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAF-AC-2010/23476/1/circotec-n51.pdf> Acesso em 06/01/2016.

FAUSTINO, Cristiane, FURTADO, Fabrina. **Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre**. Relatoria Nacional de Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio Branco (AC), 1ª Edição, 2015.

GUIMARÃES JR, Isac de Souza. **A construção discursiva da florestania: comunicação, identidade e política no Acre**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mediação). Niterói: UFF, 2008.

LIMA, Ana Carla Clementino de **Palácio Rio Branco: Linguagens de uma arquitetura de poder no Acre**. Dissertação (Mestrado em Letras Linguagem e Identidade) Rio Branco: UFAC, 2011.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: Invenção e reinvenção da identidade acreana. (Tese) Doutorado em Geografia, Fortaleza: UFC, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. **Capitalismo verde e transgressões: Amazônia no espelho de Caliban**. Dourados-MS : Ed. UFGD, 2013.

PONTE, Karina Furini. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho : um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)**. (Tese) Doutorado em Geografia- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

PROJETO DE LEI **Institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais**, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, estabelece formas de controle e financiamento desse Programa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/667325.pdf> Acesso em 06/01/2016.

RAMIREZ, Roberval. **A atividade de comércio no Acre**. Disponível em: <http://www.fecomercioacre.com.br/artigos/a-atividade-de-comercio-no-acre/>. Acesso em 06/01/2016.

SCHMIDLEHNER Michael F. **A Função estratégica do Acre na produção do discurso da Economia Verde** In: CIMI, Regional Acre. **Dossiê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem**. Documento especial para a Cúpula dos Povos - Rio de Janeiro, 2012.

VIANA, Ana Paula Bousquet. **Palácio Rio Branco: O Palácio que virou museu**. Mestrado profissional em bens culturais e projetos sociais. Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós Graduação em História. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge à Orwell** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.